

# Uma escola duas línguas

## *A construção de um Programa de Inclusão Bilíngue para alunos surdos: desafios e possibilidades*

Cristina B. F. de Lacerda<sup>1\*</sup>

*A educação de surdos é tema polêmico desde seus primórdios, e este fato por si só nos indica a complexidade do problema a ser enfrentado. A língua de sinais é sabidamente a língua de constituição de sujeitos surdos e, quando ela é assumida nos espaços educacionais, o desenvolvimento e o desempenho dos alunos surdos são significativamente melhores no confronto com experiências em espaços nos quais essa língua não está presente.*

*Todavia, os prós e contras das propostas de escolas de surdos e da educação inclusiva não se restringem aos aspectos ideológicos implicados: direito linguístico, contato com pares usuários da mesma língua, abordagem metodológica adequada, atuação de profissionais bilíngues entre outros, mas ampliam-se para as condições concretas de implementação destas mesmas propostas nas políticas municipais e estaduais, e nos modos como essas políticas são conduzidas pelos gestores.*

*Assim, nem sempre é possível fazer o que desejamos, mas abrem-se espaços para a realização de experiências, que, coerentes com os princípios da educação bilíngue para surdos, podem nos ensinar muito em direção a uma Educação de Surdos de qualidade.*

*Narro então a experiência que estamos desenvolvendo no município de Campinas (SP), na perspectiva do respeito à educação bilíngue de pessoas surdas com vistas à inclusão escolar. Durante o ano de 2007, tivemos vários contatos com o Departamento Pedagógico dessa Prefeitura e, neles, com os dirigentes e com diversos professores interessados pela educação de alunos. Foram cursos de capacitação que visavam esclarecer a importância da língua de sinais, do ensino de português como segunda língua, de uma abordagem pedagógica compatível com a surdez, e do respeito à singularidade linguística desses sujeitos. A partir desta capacitação fomos convidada a propor um Programa de Inclusão Bilíngue a ser implantado na rede, para o que, na verdade, também colaborou nossa experiência anterior no município de Piracicaba (LACERDA; LODI, 2009).*

*A primeira etapa do trabalho foi elaborar um projeto compatível com essa rede municipal. Inicialmente optou-se por implementar as ações em três escolas municipais: uma de Educação Infantil, uma de Ensino Fundamental e uma de Educação de Jovens e Adultos. Atualmente, o programa abrange cinco escolas (duas de Educação Infantil, duas de Ensino Fundamental e uma de Jovens e Adultos).*

---

<sup>1\*</sup> Fonoaudióloga. Doutora em Educação pela UNICAMP. Professora da UFSC, no Curso de Literatura em Educação Especial e no Programa de Pós-Graduação em Educação Especial.

Foram feitas visitas a diversas unidades escolares, experimentando maior ou menor rejeição à proposta, já que o convite implicava que a escola se constituísse em um polo que receberia estudantes surdos. A justificativa para escolas-polo centra-se em primeiro lugar na principal necessidade especial de sujeitos surdos terem o acesso a uma língua que seja compreensível para eles. Cabe destacar que o impedimento de acesso à língua usada pela maioria ouvinte é o que os exclui dos processos sociais e de desenvolvimento. A atual política educacional de inclusão defende que os portadores de necessidades especiais frequentem escolas regulares, próximas de seus domicílios, compreendendo a inclusão apenas como a aceitação social da presença desses alunos em salas de aula no ensino regular. Entretanto, quando se pretende oferecer condições iguais (inclusivas) de aprendizagem e desenvolvimento, os alunos surdos precisam ser incluídos em ambientes bilíngues, nos quais circulem a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) e a Língua Portuguesa, e isso não pode ser alcançado se o aluno surdo não tiver pares e educadores competentes em LIBRAS para se relacionarem com ele. A inserção de um único aluno surdo em uma sala de aula, usando uma língua diferente (LIBRAS), o torna marginal aos processos de socialização e aprendizagem, já que na melhor das hipóteses ele poderá interagir apenas com seu intérprete (se este estiver presente), mas isso praticamente não abre espaço para trocas efetivas com seus pares e professores (cf. LACERDA, 2006).

Assim, trata-se de uma proposta de inclusão na qual o aluno surdo terá pares surdos e haverá a possibilidade de trocas linguísticas efetivas em sua língua de domínio, não apenas com os profissionais, mas também com outros estudantes.

O segundo princípio que embasa a formação de escolas-polo é a constituição de espaços bilíngues (LIBRAS/Português). É fundamental que todo o corpo escolar conheça a língua de sinais na realidade do município no qual estamos trabalhando e se aproprie dessa língua para ampliar sua possibilidade de uso. Para tal é necessário o ensino e convivência com a LIBRAS, de forma continuada, por todos os funcionários, professores e alunos ouvintes, de modo a configurar esse espaço escolar como bilíngue. Infelizmente, não é razoável supor que um trabalho desta monta possa ser realizado na totalidade de unidades escolares de uma rede de ensino. É preciso concentrar esforços e focalizar ações para que esse espaço bilíngue possa um dia se organizar.

Muitas escolas consultadas não se interessaram pela proposta. O Programa teve início em três unidades, sendo que apenas a de Jovens e Adultos situava-se na região central da cidade; as demais ficavam em bairros afastados do centro, o que demandou o oferecimento de transporte especial destinado ao deslocamento dos alunos surdos para essas escolas.

As famílias dos estudantes surdos foram contatadas e esclarecidas sobre a necessidade da constituição das escolas-polo, inclusive porque a maioria tinha os filhos naquele momento “incluídos” isoladamente, em sala de ouvintes sem a presença de LIBRAS, com rendimento acadêmico bastante precário, implicando queixas dos alunos, dos familiares e dos profissionais envolvidos. Assim, as famílias foram esclarecidas sobre a necessidade de deslocamento de seus filhos até uma escola com

condições de oferecer maior acessibilidade para eles e consequente maior perspectiva de desenvolvimento e aprendizagem.

As escolas escolhidas passaram então a ser preparadas para o atendimento de alunos surdos com uma proposta de inclusão por meio da incorporação da LIBRAS ao espaço escolar, fato que por si implica o repensar metodologias e o desenvolvimento de didáticas apropriadas para esses alunos, conhecimento sobre surdez, sobre o que é a LIBRAS, entre vários outros. Essa preparação inicial serviu para a apresentação do Programa e levantamento de algumas possibilidades de ação, mas foi certamente insuficiente e, ao longo destes três anos, tem havido um esforço coletivo e constante de reflexão e de redimensionamento das ações, já que os problemas enfrentados não são simples, tampouco óbvios.

Outro foco necessário à formação, e bem mais complexo de ser enfrentado, foi a questão do ensino do Português como segunda língua e a constatação de que a maioria dos alunos surdos chegou às escolas (nos diversos níveis de ensino) com conhecimentos precários tanto de LIBRAS como do Português escrito, e que a escola precisaria enfrentar essa defasagem se quisesse comprometer-se verdadeiramente com a educação destes sujeitos.

Ao mesmo tempo, não menos complexos foram os processos de: 1) seleção e formação de professores bilíngues responsáveis pelas turmas de Educação Infantil e da primeira etapa do Ensino Fundamental no interior da própria rede municipal; 2) contratação e formação de profissionais de apoio – instrutores surdos para todas as escolas e intérpretes de LIBRAS, a fim de garantir o acesso dos alunos surdos à LIBRAS e aos conteúdos escolares trabalhados em sala de aula na segunda etapa do Ensino Fundamental; e na Educação para Jovens e Adultos, em parceria com a Federação Nacional de Instrução e Educação de Surdos (FENEIS).

Os professores bilíngues são responsáveis por ministrar aulas em salas cuja língua de instrução é a LIBRAS, a partir dos conteúdos pertinentes ao ensino de cada uma das séries escolares – professores regentes de classe bilíngues LIBRAS/Português. Os instrutores surdos são responsáveis pelo ensino de LIBRAS aos profissionais da escola e pelo desenvolvimento linguístico dos alunos surdos em LIBRAS; e os intérpretes de Português/LIBRAS e LIBRAS/Português, pelo acompanhamento dos alunos surdos em sala de aula (Ensino Fundamental segunda etapa; e na Educação para Jovens e Adultos), propiciando, por meio da LIBRAS, condições de aprendizagem aos alunos surdos.

Além desses profissionais, compusemos equipes de acompanhamento (com profissionais conhecedores da proposta de educação bilíngue e dos princípios da inclusão) que atuam na organização e implementação das propostas, visando uma boa articulação entre as equipes escolares das diversas escolas envolvidas no Programa de Inclusão Bilíngue.

## Organização geral do Programa

*A partir da presença desses profissionais na escola, o Programa Inclusivo Bilíngue vem sendo organizado da seguinte forma para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, primeira etapa: os professores bilíngues, em parceria com a coordenação da escola, discutem as estratégias pedagógicas adequadas aos alunos surdos e desenvolvem os mesmos conteúdos abordados com os alunos ouvintes em classes cuja língua de instrução é o Português. Esta paridade permite a organização de atividades escolares similares (alunos surdos e ouvintes), dando as mesmas oportunidades educacionais às crianças surdas e, portanto, buscando garantir a inclusão escolar e social, além da convivência com a diversidade.*

*Além disso, são oferecidas oficinas de LIBRAS a professores e funcionários (para que todos a conheçam e nela se expressem) e aulas de LIBRAS para as crianças ouvintes, ministradas pelo instrutor surdo, já que a vocação inclusiva bilíngue da escola requer que tanto o Português como a LIBRAS circulem no espaço escolar. As oficinas propiciam que toda a comunidade escolar compreenda as especificidades dessa língua e possam relacionar-se, diretamente, com os alunos surdos nas situações do cotidiano, sem depender sempre da presença dos intérpretes. Essas oficinas são oferecidas em horários previamente agendados, remunerados no caso de professores e funcionários, e no turno escolar, no caso dos alunos ouvintes.*

*As oficinas de LIBRAS para os alunos surdos são fundamentais – já que a maioria deles chega à escola com conhecimentos restritos nesta língua. Além disso, as oficinas são essenciais para todo o seu desenvolvimento: pessoal e pedagógico: ampliar seus conhecimentos linguísticos é imprescindível. Essas oficinas são oferecidas no contraturno escolar, têm no mínimo três horas de duração semanal, sem caráter de reforço escolar, mas de espaço de ampliação dos conhecimentos em LIBRAS.*

*Atividades de Educação Física, Artes, passeios, entre outras, são desenvolvidas com a participação conjunta de alunos surdos e ouvintes, constituindo-se em espaços privilegiados para a inclusão e a convivência com a diversidade. Para tais atividades se faz necessária a presença do intérprete de LIBRAS, que medeia as relações entre surdos e ouvintes.*

*Já para o Ensino Fundamental, segunda etapa, e a Educação de Jovens e Adultos os alunos permanecem incluídos nas salas de aula, sendo acompanhados por um intérprete de LIBRAS/Língua Portuguesa. As turmas têm preferencialmente mais de um aluno surdo, criando um espaço escolar bilíngue com a presença de alunos ouvintes e surdos. O intérprete medeia o acesso às propostas e conteúdos desenvolvidos pelos professores de acordo com as diretrizes curriculares para cada série, trabalhando antecipadamente com os professores para melhor planejamento de suas ações.*

*Em período contrário ao que estão em sala de aula, também participam de oficinas de LIBRAS (três horas semanais) ministradas pelos instrutores surdos. Os objetivos são os mesmos citados anteriormente, mas aqui são jovens e adultos que já trazem conteúdos e interesses mais aprofundados, para serem debatidos e ampliados em sua língua. Nesse espaço, faz-se uso, apenas, da LIBRAS.*

*Considerando-se ainda as particularidades dos estudantes surdos no que diz respeito à aprendizagem da Língua Portuguesa no Ensino Fundamental, segunda etapa, e Educação de Jovens e Adultos, eles têm as aulas de Português previstas no currículo em sala de aula separada, ministrada por professor bilíngue, visando propiciar o ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa como segunda língua.*

*Além dessas atividades, semanalmente são realizadas reuniões entre as equipes de acompanhamento e professores, professores bilíngues, instrutores surdos e intérpretes envolvidos no trabalho com os alunos surdos, a fim de discutirem o processo de ensino-aprendizagem, auxiliarem no planejamento das atividades de forma a não excluir os surdos das atividades, além de propiciarem uma compreensão mais ampla dos processos educacionais de cada aluno. Essa reflexão continuada é fundamental, já que toda a escola é pensada historicamente da perspectiva ouvinte. Desvios de rota ocorrem com frequência, sendo necessárias retomadas constantes dos objetivos da proposta inclusiva bilíngue.*

*Reuniões periódicas são também realizadas com os intérpretes de LIBRAS/ Português e instrutores surdos, visando, com esse acompanhamento, manter um diálogo constante entre todos os envolvidos no Programa e realizar um trabalho de formação continuada, já que a maior parte desses profissionais não foi capacitada especificamente para sua área de atuação.*

*Ressalta-se que o conjunto de problemas cotidianamente enfrentados para a construção de um espaço educacional inclusivo bilíngue é enorme; contudo, alguns bons resultados são observados, como maior interesse dos alunos surdos pela escola, interesse emergente em alguns professores pela elaboração de estratégias de ensino diferenciadas, respeito pela Língua Brasileira de Sinais, reflexão sobre trajetórias próprias de aprendizagem dos alunos surdos, especialmente no que se refere à aprendizagem do Português, entre muitas outras. Enfrenta-se também preconceito, descaso, falta de compreensão da dimensão do bilíngue e do inclusivo, tensões entre o espaço ouvinte e surdo, mas, dentro das condições objetivas apresentadas, observamos uma qualidade de ensino melhor que aquela desenvolvida em espaços que se dizem inclusivos, sem qualquer respeito às singularidades e necessidades de alunos surdos.*

## **Referências bibliográficas**

LACERDA, C. B. F. de. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre essa experiência. In: *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 26, n. 69, p. 163-184, mai/ago 2006.

\_\_\_\_\_; LODI, A. C. B. (Orgs.). *Uma escola, duas línguas: letramento em língua de portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização*. Porto Alegre: Editora Mediação, 2009.